



ASSOCIAÇÃO DE S. TIAGO  
DE  
VILA CHÃ

**ANEXO**  
**(Período 2021)**

**1 – Identificação da entidade**

**1.1 — Designação da Entidade**

Associação S. Tiago Vila Chã

NIPC: 502741937

**1.2 — Sede**

Vila Chã

5070-534 Alijó

**1.3 — Natureza da Atividade**

Instituição Particular de Solidariedade Social

**2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso n.º 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso n.º 8259/2015;



# ASSOCIAÇÃO DE S. TIAGO DE VILA CHÃ



## – Normas Interpretativas (NI).

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

## **3 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

### **3.1 – Principais políticas contabilísticas**

#### **3.1.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.**

##### **3.1.1.1 – Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Assinala-se que, para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### **3.1.1.2 – Regime do acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos



períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### **3.1.1.3 – Consistência de apresentação**

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

### **3.1.1.4 – Materialidade e agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.1.5 – Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.1.6 – Informação comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade. As políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;



- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

### **3.1.2 – Outras políticas contabilísticas (mensuração e reconhecimento)**

#### **3.1.2.1 – Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual, dependendo das circunstâncias, corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado das revalorizações efetuadas até aquela data foram creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos fundos patrimoniais da entidade

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Sendo que algumas classes de ativos fixos tangíveis estão mensurados ao modelo de revalorização.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e out. construções	50
Equipamento básico	1 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	1 a 6
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 8

Os terrenos não são depreciados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.



## ASSOCIAÇÃO DE S. TIAGO DE VILA CHÃ

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

### **3.1.2.2 – Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em estado de uso, pelo método de linha reta, numa base de duodécimos, durante um período de 6 anos para os programas de computador e 10 anos nos bens registados em propriedade industrial.

### **3.1.2.3 – Investimentos financeiros**

Os investimentos financeiros existentes no Balanço são outros investimentos financeiros que não correspondem a participações no capital de outras empresas, dizem respeito ao Fundo de Compensação de Trabalho e Fundos de Reestruturação do Setor Social.

### **3.1.2.4 – Imparidade de ativos**

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

### **3.1.2.5 – Inventários**

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo: estes inventários encontram-se valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.



O custo destes inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o crédito é reconhecido.

### **3.1.2.6 – Custos de empréstimos obtidos**

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

### **3.1.2.7 – Instrumentos financeiros**

#### **i) Dívidas de terceiros**

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

#### **ii) Empréstimos**

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

#### **iii) Dívidas a terceiros**

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.



**iv) Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

**v) Outros instrumentos financeiros**

Os “outros instrumentos financeiros” evidenciados no balanço correspondem todos os instrumentos financeiros que não sejam caixa ou depósitos bancários e são mensurados ao justo valor, cujas alterações estão reconhecidas na demonstração de resultados.

**3.1.2.8 – Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.

**3.1.2.9 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas**

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.





## ASSOCIAÇÃO DE S. TIAGO DE VILA CHÃ

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “subsídios, doações e legados à exploração” da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.

### **3.1.2.10 – Benefícios dos empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

### **3.1.2.11 – Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### **3.1.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro**





A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano de 2020.

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

### **3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas**

As alterações verificadas nas políticas contabilísticas resultaram das alterações introduzidas na NCRF-ESNL, por via da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho e da legislação posteriormente publicada que o complementa. No caso concreto, tais alterações repercutiram-se na contabilização das Propriedades de Investimento, as quais foram reclassificadas em Ativos Fixos Tangíveis, e sobre a forma de contabilizar os rendimentos decorrentes desses Ativos. E alterações dos modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;

### **3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas**

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos em períodos futuros.

## **4 – Ativos fixos tangíveis**

*Ver ponto 3.1.2.1 na nota 3 deste anexo*

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



# ASSOCIAÇÃO DE S. TIAGO DE VILA CHÃ



Ativos fixos tangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2019	Adições	Alienações /abates	2020	Adições	Alienações /abates	2021
Terrenos e rec. Naturais	31.750,00			31.750,00			31.750,00
Edif. e outras construções	853.159,82	15.269,95		868.429,77			868.429,77
Equipamento básico	93.034,61			93.034,61	1.672,50		94.707,11
Equipamento de transporte	56.118,84			56.118,84			56.118,84
Equipamento administrativo	10.050,24			10.050,24	802,18		10.852,42
Out. ativos fixos tangíveis	5.894,24			5.894,24			5.894,24
Sub-total	1.050.007,75	15.269,95		1.065.277,70	2.474,68		1.067.752,38
Depreciações e perdas por imparidade	2019	Adições	Alienações /abates	2020	Adições	Alienações /abates	2021
Edif. e outras construções	181.093,95	18.806,75		199.900,70	18.806,75		218.707,45
Equipamento básico	84.184,41	3.518,49		87.702,90	3.692,71		91.395,61
Equipamento de transporte	54.451,34	1.217,50		55.668,84	450,00		56.118,84
Equipamento administrativo	10.050,24			10.050,24	155,96		10.206,20
Out. ativos fixos tangíveis	5.894,24			5.894,24			5.894,24
Sub-total	335.674,18	23.542,74		359.216,92	23.105,42		382.322,34
Quantias líquidas escrituradas	714.333,57	-8.272,79		706.060,78	-20.630,74		685.430,04

## 5 – Ativos intangíveis

Ver ponto 3.1.2.2 na nota 3 deste anexo

A quantia bruta escriturada, as amortizações acumuladas (agregada com as perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos intangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2019	Adições	Alienações /abates	2020	Adições	Alienações /abates	2021
Programas de computador	8.474,46			8.474,46			8.474,46
Ativos intangíveis em curso		3.985,20		3.985,20			3.985,20
Sub-total	8.474,46	3.985,20		12.459,66			12.459,66
Amortizações e perdas por imparidade	2019	Adições	Alienações /abates	2020	Adições	Alienações /abates	2021
Programas de computador	6.915,94	275,08		7.191,02	275,08		7.466,10
Sub-total	6.915,94	275,08		7.191,02	275,08		7.466,10
Quantias líquidas escrituradas	1.558,52	3.710,12		5.268,64	-275,08		4.993,56



**ATC ASSOCIAÇÃO DE S. TIAGO  
DE  
VILA CHÃ**

*[Handwritten signature]*

## 6 – Investimentos financeiros

Ver ponto 3.1.2.3 na nota 3 deste anexo

Entidades	2019	Aumentos	Diminuições	2020	Aumentos	Diminuições	2021
Fundo Compensação Trabalho	2.276,12	657,29		2.933,41	780,86	170,48	3.543,79
Total	2.276,12	657,29		2.933,41	780,86	170,48	3.543,79

## 7 – Inventários

Ver ponto 3.1.2.5 na nota 3 deste anexo

### 7.1 – As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;

Os inventários são valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

b) A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade;

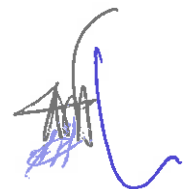
Quantias escrituradas de inventários	2021	2020
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	309,20	160,00
Total	309,20	160,00

c) A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	2021			2020		
	Mercadorias	Mat-primas, sub., consumo	Total	Mercadorias	Mat-primas, sub., consumo	Total
Inventários no começo do período		160,00	160,00		634,94	634,94
Compras		59.586,11	59.586,11		65.215,51	65.215,51
Inventários no fim do período		309,20	309,20		160,00	160,00
CMVMC		59.436,91	59.436,91		65.690,45	65.690,45



**ASSOCIAÇÃO DE S. TIAGO  
DE  
VILA CHÃ**



## **8 – Rédito**

*Ver ponto 3.1.2.8 na nota 3 deste anexo*

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Réditos reconhecidas no período	2021	2020
Prestação de serviços	148.360,35	157.498,51
<b>Total</b>	<b>148.360,35</b>	<b>157.498,51</b>

## **9 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo**

*Ver ponto 3.1.2.9 na nota 3 deste anexo*

9.1 – Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios atribuídos pelo Estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente dos fundos patrimoniais, sendo imputados aos rendimentos do período na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período.

	2021	2020
Imputação de sub. para investimentos	13.181,43	13.181,42

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do período.

Entidades	2021	2020
Centro Distrital da Segurança Social	181.938,29	198.418,71
IEFP	6.421,99	7.847,01
Autarquias	10.320,00	5.576,62
Compensação 2RMMG	464,75	
Instituto Segurança Social		74,13
Adaptar Social	2.140,00	684,01
<b>Total</b>	<b>201.285,03</b>	<b>212.600,48</b>



**ATC ASSOCIAÇÃO DE S. TIAGO  
DE  
VILA CHÃ**

*[Handwritten signature]*

## 10 – Instrumentos financeiros

### 10.1 – Fundos patrimoniais

Rubricas dos Fundos Patrimoniais	2019	Aumentos	Reduções	2020	Aumentos	Reduções	2021
Fundos Líquidos	1.300,45			1.300,45			1.300,45
Resultados transitados	713.287,28	26.284,75		739.572,03	57.259,96		796.831,99
Outras variações no Fundo Patrimonial	434.673,14		-13.181,42	421.491,72		-13.181,43	408.310,29
Resultado Líquido	26.284,75	57.259,96	-26.284,75	57.259,96		-57.259,96	
Total	1.175.545,62	83.544,71	-39.466,17	1.219.624,16	57.259,96	-70.441,39	1.206.442,73

## 11 – Benefícios dos empregados

Ver ponto 3.1.2.10 na nota 3 deste anexo

### 11.1 – Número médio de empregados

Vínculo	Início ano	Admissões	Demissões	Final ano
Efetivos	6			6
Termo certo	9	1	2	8
Termo incerto				
Total	15	1	2	14
Número médio				14,5

Gastos com pessoal	2021	2020
<b>Funcionários:</b>	<b>190.467,86</b>	<b>174.691,01</b>
Remunerações	158.463,02	145.132,04
Encargos seg. social	32.004,84	29.558,97
Seguros	3.055,91	1.880,87
Outros	63,61	587,87
Total	193.587,38	177.159,75

## 12 – Divulgações exigidas por diplomas legais

### 12.1 – Decreto-lei 411/91

Não existem dívidas em mora à segurança social em 31 de dezembro de 2021.

### 12.2 – Decreto-lei 534/80

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2021.



**ATC ASSOCIAÇÃO DE S. TIAGO  
DE  
VILA CHÃ**

12.3 – A 31 de dezembro de 2021 não existiam salários em dívida aos funcionários.

### 13 – Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

#### 13.1 – Fluxos de caixa

*Ver alíneas iv) e v) do ponto 3.1.2.7 da nota 3 deste anexo*

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos	2021	2020
Caixa	4.548,65	1.850,85
Depósitos à Ordem	455.940,12	451.553,62
Depósitos a Prazo	79.271,51	79.271,51
Outros equivalentes de caixa	52.090,97	52.090,97
<b>Total</b>	<b>591.851,25</b>	<b>584.766,95</b>

#### 13.2 – Clientes, utentes, fornecedores, fundadores e instituidores

	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida
<b>Ativos</b>	<b>2021</b>			<b>2020</b>		
Outros créditos a receber	2.373,37		2.373,37	8.313,94		8.313,94
<b>Total</b>	<b>2.373,37</b>		<b>2.373,37</b>	<b>8.313,94</b>		<b>8.313,94</b>
<b>Passivos</b>	<b>2021</b>			<b>2020</b>		
Fornecedores	4.727,03		4.727,03	2.542,15		2.542,15
Outras dívidas a pagar	68.726,61		68.726,61	73.204,02		73.204,02
<b>Total</b>	<b>73.453,64</b>		<b>73.453,64</b>	<b>75.746,17</b>		<b>75.746,17</b>

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço a rubrica “Clientes/Utentes” no balanço passou a designar-se “Créditos a Receber”.



ASSOCIAÇÃO DE S. TIAGO  
DE  
VILA CHÃ

13.3 – Estado e outros entes públicos

Estado e Outros Entes Públicos	2021	2020
<b>Ativo</b>		
EOEP - Imposto s/ rendimento	3,50	
EOEP - IVA	636,46	350,08
<b>Total</b>	<b>639,96</b>	<b>350,08</b>
<b>Passivo</b>		
EOEP - Imposto s/ rendimento	762,00	673,00
EOEP - Segurança Social	7.458,53	6.641,99
EOEP - Outros	73,30	77,80
<b>Total</b>	<b>8.293,83</b>	<b>7.392,79</b>

13.4 – Outros ativos/passivos correntes

Outras contas a receber/pagar	2021	2020
<b>Ativo - Outros créditos a receber</b>		
IEFP		5.256,56
Adaptar Social Mais		684,01
Proder PA 109/322	2.373,37	2.373,37
<b>Total</b>	<b>2.373,37</b>	<b>8.313,94</b>
<b>Passivo - Outros passivos correntes</b>		
Credores por acréscimos de gastos	21.027,87	25.505,08
Projeto Construção Lar de Idosos	1.898,94	1.898,94
Margarida Rebelo	45.800,00	45.800,00
<b>Total</b>	<b>68.726,81</b>	<b>73.204,02</b>

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço.





**ASSOCIAÇÃO DE S. TIAGO  
DE  
VILA CHÃ**

**13.5 – Devedores e credores por acréscimos**

<b>Acréscimos</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Ativo - Acréscimos de rendimentos</b>		
<b>Total</b>		
<b>Passivo - Acréscimos de gastos</b>		
Trabalhos especializados a liquidar		393,60
Férias e Sub. Férias a liquidar	19.651,06	23.713,26
Eletricidade, água, comunicação a liquidar		1.398,22
Outros	1.376,81	
<b>Total</b>	<b>21.027,87</b>	<b>25.505,08</b>

**13.6 – Diferimentos**

<b>Diferimentos</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Ativo - Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	1.123,23	1.331,31
<b>Total</b>	<b>1.123,23</b>	<b>1.331,31</b>
<b>Passivo - Rendimentos a reconhecer</b>		
IEFP		6.421,99
<b>Total</b>		<b>6.421,99</b>



ASSOCIAÇÃO DE S. TIAGO  
DE  
VILA CHÃ

13.7 – Fornecimentos e serviços externos

FSE	2021	2020
Trabalhos especializados	17.051,26	12.013,36
Vigilância e segurança	481,05	154,98
Conservação e reparação-edifícios o. const.	560,82	64,17
Conservação e reparação-eq. Básico	3.552,95	606,45
Conservação e reparação-eq. transporte	3.836,15	5.945,33
Serviços bancários	217,01	505,18
Ferramentas e utensílios	265,45	613,04
Material de escritório	26,15	435,90
Electricidade	15.556,38	10.833,25
Combustíveis	22.816,07	19.676,37
Água	2.328,20	2.625,98
Comunicação	1.462,45	1.475,54
Seguros	1.669,77	2.645,72
Contencioso e notariado	30,00	
Despesas de representação	30,00	100,00
Limpeza, higiene e conforto	5.371,99	7.836,21
Outros FSE	67,95	548,38
<b>Total</b>	<b>75.323,65</b>	<b>66.099,84</b>

13.8 – Outros gastos

Outros Gastos	2021	2020
Impostos	136,08	145,68
Taxas	357,00	
Correções de períodos anteriores	19.794,06	6.149,05
<b>Total</b>	<b>20.644,14</b>	<b>6.294,73</b>

13.9 – Gastos e perdas de financiamento

Ver ponto 3.1.2.6 na nota 3 deste anexo

Gastos e perdas de financiamento	2021	2020
Juros suportados		17,00
<b>Total</b>		<b>17,00</b>



# ASSOCIAÇÃO DE S. TIAGO DE VILA CHÃ

## 13.10 – Outros rendimentos

Outros Rendimentos	2021	2020
Descontos pp obtidos	5,99	
Correções de períodos anteriores	5.284,57	2.337,94
Imputação de Sub. Investimento	13.181,43	13.181,42
Reposição do subsidio refeição em espécie	9.849,98	9.236,60
Outros	1.460,93	1.485,00
<b>Total</b>	<b>29.782,90</b>	<b>26.240,96</b>

## 13.11 – Acontecimentos após data de balanço

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2021 será proposta a transferência do resultado líquido positivo de 7.055,70€ para Resultados Transitados.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Vila Chã, 28 de fevereiro de 2022

A Entidade

O Contabilista Certificado

Luís Leite

CC 39242